TL5984

MENSAGEM AO PAÍS

PRESIDENTE KAY RALA XANANA GUSMÃO
Presidente da República Democrática de Timor-Leste

(12 de Junho de 2002)

Queridos Compatriotas,

Há 23 dias que somos independentes, donos do nosso destino. É um bocado irónico sentirmos que somos donos do nosso destino, sem podermos sentir ainda as mudanças.

Pode-se pensar que, neste curto espaço de tempo, ainda não temos muito para abordar.

Contudo, deve-se concordar que existem questões de fundo que, não abordadas agora, podem acumular-se e criarão muitos problemas à sociedade.

A fundamental que está na preocupação de todos diz respeito à segurança. E já me apareceram pessoas a chamar-me para ir a Wailili, para resolver problemas de violência e de tiros.

O povo está preocupado com "ex-Falintil", "Falintil isolados", "Associação de Antigos Combatentes das Falintil", CPD-RDTL e "novas Forças", que diz-se, até tem armas.

Antes de tudo, devo esclarecer que há muita confusão em Associações de Veteranos. Eu devo informar a todo o Povo que existe a chamada AVR (Associação dos Veteranos de Resistência) que contempla apenas a Organização Clandestina até aos chamados usualmente de "caixas". Existe a "Fundação dos Veteranos das Falintil", sob a responsabilidade do Brigadeiro-General Taur Matan Ruak e que acreditamos estar a promover o bem-estar de todos os Veteranos das Falintil.

Apareceu a "Associação dos Antigos Combatentes das Falintil", sob a égide do actual Ministro do Interior, Rogério Lobato, que disse estar prevista no Estatuto da Fretilin.

Antes de 20 de Maio, a 6 de Maio, houve uma reunião da Liderança do país sobre a segurança dos festejos. Na reunião, se decidiu também que haveria uma Comissão composta por FDTL, Comandante L 7 e o Senhor Rogério Lobato para se definir o critério dos "ex" ou "antigos combatentes" ou ainda de "Veteranos".

É nesse sentido, que faço hoje pùblicamente o apelo a todos quantos têm a responsabilidade de intervir nesta questão, para que se garanta ao povo, viver em sossego e paz. Os problemas aparecem, fazem-se reuniões e os problemas morrem na reuniões. É o povo quem depois sente as consequências da irresponsabilidade de indivíduos e organismos do próprio Estado.

Outra questão muito à voga na boca das pessoas é RDTL e a sua posição política, que confunde o povo e cria um clima de muita instabilidade. Aqui também faço, como já fiz à Fretilin, um apelo para que se iniciem os contactos para um diálogo aberto entre a Fretilin e a CPD-RDTL. Posições radicais, tomadas durante estes dois anos e meio de transição, continuam a trazer problemas à população e não posso consentir que se diga que a CPD-RDTL é problema de nós todos, para se fugir à sua solução. Deve haver mais diálogo, devemos cultivar a cultura da reconciliação e tudo

será falso, se não promovermos diálogos internos para reconciliação interna entre grupos, associações, de qualquer natureza de que se revestirem.

A terceira questão, caros compatriotas, diz respeito à Amnistia. Eu devo esclarecer que, quando se fala de amnistia, deve-se separar dois conceitos. O conceito que está previsto na Constituição e o conceito que eu próprio defendi nas minhas campanhas eleitorais.

A Lei de Amnistia e de Perdão, que se pensava poder ser aprovada na Sessão Solene do Parlamento, em 20 de Maio passado, foi em consideração ao Dia da Independência. E a Lei, que ainda não foi aprovada, porque o Parlamento não quis considerar isso para aquela ocasião e não pode ainda fazê-lo, porque o Parlamento está a debater o seu Regimento interno, diz claramente que a amnistia é concedida a todos quantos estavam envolvidos em violências, excepto homicídio e crimes de sangue. E isto significa que quem mata, quem viola ou mesmo quem fere, não está contemplado por esta Lei.

O segundo conceito, defendido por mim, terá que ser produto de debates na sociedade, produto de debates com os Partidos, com o Governo, com o Parlamento e outras instâncias interessadas, para que haja um consenso nacional, de forma a que o Parlamento, quando vier a ser solicitado, dê ao Presidente da República a capacidade de promulgar a Lei. O que eu quero dizer agora é que não confundam as duas Amnistias, e que teremos muito tempo para posteriormente, debruçarmos sobre o assunto.

Caríssimos compatriotas,

Acabo de abordar três questões de base, que estão hoje nos comentários e preocupações de todos.

Vou agora passar para outras questões muito importantes, que devem ser abordadas agora, para que fiquemos claros a entender a fase de independência, nos seus primeiros meses. Vou falar sobre as Instituições do Estado.

Como todos sabem, é o Governo quem faz programas e os implementa. E o Governo tem 5 anos para governar. Todos saudámos, com muitos agradecimentos, os países doadores por terem oferecido mais dinheiro do que esperávamos para os programas de 3 anos do nosso Governo. Contudo, todos nós temos que estar cientes de que o dinheiro concedido para os programas do primeiro ano, só começará a ser dado a partir do próximo 1 de Julho. Todos devem saber também que os nossos anos fiscais começam de 1 de Julho a 30 de Junho de outro ano. Isto cria um bocado de confusão a nós todos e espero que, futuramente, as coisas se arranjem para termos uma definição dos anos fiscais, mais adequada às nossas compreensões e vivências.

É neste sentido, que todas as manifestações de desagrado e frustração devem ainda ser guardadas, para que demos tempo ao governo para cumprir os seus programas. Temos que ser realistas neste aspecto, não podemos exigir muito para além das nossas próprias capacidades, como timorenses, de realizar o que desejaríamos.

Podem agora perguntar-me "por quanto tempo, podemos esperar?". É uma pergunta difícil de responder, mas eu sugeriria que déssemos, numa primeira fase, 6 meses, tempo necessário para que todos percebamos se o nosso Governo já está a fazer ou não algo em benefício do país. E eu acrescentaria que, para uma 2ª fase, daríamos outros 6 meses, para verificarmos se os programas de 1 ano de governação foram implementados ou não ou se foram bem ou mal planeados e geridos.

Em sociedades democráticas, o controle dos actos do governo é feito pela sociedade e pelo povo, em geral. O controle é sobre actos do governo. Para que aconteça esse controle, a sociedade e o povo devem, necessàriamente, conhecer os programas do Governo. O povo tem que conhecer bem a política do governo sobre saúde, o povo deseja saber qual é a política sobre a educação, para o Ministério da Educação não administre apenas os dados estatísticos de escola, alunos e professores. Assim também, outros programas de desenvolvimento, com a agricultura, o turismo, a pesca, as infraestruturas, etc., etc.

Assim, torna-se assim importante que o Governo providencie no sentido de que haja um fluxo de informações dos Órgãos do poder para o povo, tanto quanto no sentido inverso. Havia no período da UNTAET, reuniões de Conselho de Ministros nos distritos. Não sei se foi proveitoso ou se não. O que é importante, realmente, é que deve haver um mecanismo de permanente comunicação, para que a sociedade e o povo se mantenham a par dos esforços, a par das dificuldades, a par dos sucessos e a par dos erros.

Mas, para isso, os meios de comunicação social (a rádio, a televisão e os jornais) devem operar com eficiência e profissionalismo, para que funcionem também como a ponte entre o povo e as instâncias do poder. Para isso, o Governo e a Sociedade Civil deve prestar a devida atenção aos meios de comunicação social, garantindo a sua independência e a liberdade de imprensa!

Caros Compatriotas, passemos agora ao Parlamento. Infelizmente, para além da Constituição, ainda estamos a adoptar todos os Regulamentos que herdámos da UNTAET. Porque se queria ser independente a 20 de Maio, não houve tempo para que se preparasse tudo ou a maior parte das leis para serem aprovadas, logo após o já célebre e histórico 20 de Maio.

Tanto é que, o nosso Parlamento ainda está a debater o seu Regimento interno, sem o qual não pode funcionar como Parlamento. O Povo tem que saber que as Instituições do nosso Estado estão a funcionar numa base provisória. O Governo não tem ainda a Lei Orgânica, a Presidência também não. Ainda não há definição, a ser feita pelo Parlamento, de qual Instituição deve usar o termo Lei, Decreto e Decreto-Lei, Despachos, Diplomas Legislativos, etc.. O Parlamento tem que aprovar o programa do Governo e o Orçamento para o 1º ano fiscal, sem o qual nada trabalha e o dinheiro não vem.

Na minha intervenção na Sessão Solene do Parlamento, em 20 de Maio, lembrei isso aos Deputados, que embora a Constituição, que eles aprovaram já exista, o processo de governação não andará sem as leis básicas que regulem o funcionamento das Instituições.

Infelizmente, hoje, ouve-se que, em duas sessões, não se pôde adoptar resoluções, porque não havia quorum. O Parlamento tem o mesmo número e quase as mesmas pessoas, vindas da Assembleia Constituinte. A ausência de dedicação ao trabalho, em primeiro lugar, demonstra uma enorme irresponsabilidade para com o Povo. Em segundo lugar, dá a impressão de que muitos deputados pensam que o principal dever deles era aprovar a Constituição e que, portanto, já cumpriram a sua missão de levantar os braços e, hoje, podem dar-se ao luxo de faltarem.

Por causa disto, o Governo tenta antecipar-se a decretar leis e estamos todos numa situação de indecisão e dúvida. Hoje, é comum ouvir-se a linguagem solene de "distintos" e "ilustres" entre os deputados do Parlamento. Se os Deputados do nosso Parlamento não tomarem a consciência de que o carro está parado, porque faltam ou porque não se empenham a trabalhar com maior dedicação, eles mesmos

vão criar a impressão, legítima, na sociedade de que o Parlamento necessita de pessoas mais hábeis, capazes de responder às exigências do processo.

Estamos a iniciar o sistema democrático no nosso país e a democracia não se faz com compromissos políticos neste sentido, mas a democracia estabelece-se pelo cometimento de todos para a fazer florescer na sociedade.

Neste sentido, apelo ao governo e ao Parlamento para que haja um mecanismo de consulta à sociedade, sobre as leis a serem adoptadas, para que, ao entrarem em vigor, elas sejam recebidas de espírito aberto pela sociedade, assim como as leis serem bem entendidas. Isto é bom para a cultura da democracia participativa, onde as decisões e as leis respondem às necessidades do país e respondem às aspirações do povo.

Senão, assiste-se a uma enorme manifestação de desagrado como está a acontecer em relação às directivas do governo sobre desocupação das casas. Deve haver um melhor estudo para que as decisões tenham um fundamento legal. Muitos colocam assim a questão: a quem é que Portugal entregou as propriedades, em Agosto de 1975? A quem é que a Indonésia entregou as propriedades, em Setembro de 1999?

Com que base legal se considera que tudo é do Estado? Não haverá formas de desocupação das casas, mais coerentes com a situação económica das pessoas? Não haverá formas de estabelecer-se prazos, mediante casos concretos? São todas perguntas que vêm da sociedade, a que o governo terá que responder.

Caros compatriotas

Vamos entrar num assunto muito pertinente, a Judiciária.

Todos temos conhecimento do problema do estatuto dos Juizes e Procuradores. Todos temos conhecimento do recente problema da prisão de Becora, do qual houve feridos e dois graves entre prisioneiros, polícias, CIVPOL e até o GNR.

Aqui também, o Parlamento e todos os partidos devem encarar o problema como sério, para que interiorizem que o Parlamento não vale pelo número dos seus membros, porque o povo exige empenho, qualidade e sensibilidade política no trabalho.

Apelo aos Juízes e Procuradores para que continum com o seu trabalho, dentro das legalidades consentidas e adquirir um melhor espírito de responsabilidade e de noção do processo de constituirmos, para o futuro, todo um sistema de Justiça, profissional e competente, para que asseguremos também a independência necessária nesta Instituição. Os debates e as discussões neste sector não são nunca demais e a comunicação e o permanente diálogo são necessários para equilibrarmos as diferentes percepções.

A outra Instituição é a Presidência da República. Enquanto que todos contribuímos um bocado na preparação, durante dois anos, do Governo, a Presidência da República está ainda na fase de estruturação. Estamos ainda três pessoas a trabalhar, sem muitas condições. Já fizemos a Lei Orgânica da Presidencia e, quando fôr aprovada, funcionaremos com a base legal necessária. Temos em plano três fases de recrutamento, por cada três meses, a começar em Julho. Tenho um mandato de 5 anos e, quanto a mim, precisamente porque agora é que se está a iniciar, é melhor não se fazer tudo ao mesmo tempo e a correr. Assim, iremos centrar as nossas atenções no "capacity building" de todo o pessoal que vai servir na Presidência.

Infelizmente, as pessoas começam a procurar-me como se eu fosse a solução dos problemas que outros provocam. Inclusivamente, devo dizer que eu sei que algumas pessoas estão a empurrar pequenos grupos para virem ter comigo, como se eu tivesse o dinheiro dos doadores e o programa do governo.

Claro que eu disse que eu darei especial atenção ao desemprego e à juventude. Claro que eu disse também que darei especial atenção para promover o investimento. Mas isto não significa que eu tenho programas para dar emprego às pessoas. Os programas são do governo, não são do Presidente.

Como devem ter ouvido, na base do sistema de Presidência Aberta, iniciei contactos com os Partidos Políticos, com ou sem assento no Parlamento, ouvindo deles uma análise da situação política e socio-económica do país. Ouvi também a Igreja, na pessoa de D. Ximenes Belo. Vou continuar com este sistema de consulta periódica, que depois será estendido à sociedade civil. Eu sei que a Sociedade Civil não dispõe de meios para uma melhor participação no processo. Vamos tentar encorajar e criar os recursos necessários.

Creio que todos concordamos que a Igreja pode e deve desempenhar um papel importante na área de mobilização do nosso povo para entender o processo, assegurando-se assim que todos acompanhem e percebam as nossas enormes dificuldades na gestão do país, nestes primeiros anos.

Apelo também à sociedade civil para que continue a operar, de forma a garantir a vivência democrática no seio do povo, no apoio à transmissão de informações que nunca devem ser deturpadas para defender interesses meramente políticos.

Para terminar, faço um apelo a todos, ao povo em geral e aos jovens, em particular.

Vamos dar tempo ao Governo para cumprir, e continuemos a exigir do Parlamento as suas responsabilidades nestes primeiros meses que são cruciais, porque, se não se esforçarem a trabalhar àrduamente e bem, estaremos todos parados.

Peço a todos, como disse em Tasi Tolu, a interiorização de um novo nacionalismo, onde sabemos esperar com paciência, sem contudo perdermos a noção de exigir responsabilidade, empenho, dedicação dos governantes e de todos quantos servem o Estado. E peço, sobretudo, disciplina para que vivamos num clima de paz.

Só com um clima de estabilidade, podemos gerar confiança em nós mesmos e nos outros. E a confiança produz mútuo respeito, pela tolerância e bom senso. Assim, podemos ter esperanças de que vamos construir, pela erradicação das velhas mentalidades e dos velhos hábitos ainda existentes em muitos de nós.

###